"EM BUSCA DAS RUAS PERDIDAS": A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO (2013)

Thamires Cristina da Silva[1]

RESUMO: Este artigo busca contribuir para as interpretações sobre as jornadas de junho no Brasil em 2013 com foco na participação do movimento sindical. A partir de material veiculado pela imprensa sindical online, o artigo analisa a repercussão das manifestações para o sindicalismo e qual foi sua reação perante as reivindicações disseminadas nas ruas. Argumenta-se que embora o movimento sindical tenha se organizado de forma tardia para incluir suas bandeiras de luta na ordem do dia, as mobilizações de junho contribuíram para repensar em suas estratégias de ação e renovar sua agenda pautada em demandas historicamente construídas. Sob a luz da literatura dos movimentos sociais articulam-se os conceitos de repertório e enquadramentos interpretativos (*frames*).

PALAVRAS-CHAVE: Protestos de junho de 2013. Movimento sindical. Mídia online.

1 Introdução

Este trabalho abordará a atuação do movimento sindical diante das manifestações deflagradas no Brasil em junho de 2013. O objetivo é compreender de que forma tais mobilizações repercutiram para a dinâmica de ação sindical e como suas lideranças e ativistas responderam as principais reivindicações difundidas nas ruas e nos meios de comunicação. Nossa hipótese de partida é que as demonstrações do movimento sindical vieram preencher o espaço público de forma tardia, na calda das "revoltas de junho", e para não perder o bonde incorporou pautas praticamente obrigatórias que estavam em coro pelas ruas em suas bandeiras de luta trabalhista. Pautas que possibilitaram ao sindicalismo repensar em suas estratégias de ação e especular uma nova agenda de mobilização com expansão de suas demandas históricas.

Assim, pretendemos abordar três dimensões pertinentes a participação sindical sobre o fenômeno observado nas ruas: (1) como o movimento sindical abordou os tópicos trazidos pelas manifestações, (2) como adaptou seu *repertório* de ação coletiva – greves, piquetes, paralisações, passeatas, concentrações etc. – para incluir sua posição nas ruas, e (3) qual foi o

[1] Mestranda em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP).

diálogo que estabeleceu com a classe trabalhadora no esforço de ampliar o campo de atuação sindical através de problemas de interesse de toda a sociedade naquele período.

Dentre os diversos motivos que justificaram a contestação nas cidades, predominou um sentimento de que a população estaria sub-representada por suas instituições e lideranças políticas. A insatisfação observada em cartazes e palavras de ordem diante da estrutura de poder, desqualificando tudo o que compete a democracia representativa, seria um sinal de que as instituições tradicionais estão passando por um momento de crise. Neste sentido, a representação sindical profundamente arraigada na burocracia, não estaria fora das críticas expressas no espaço público. A diversidade de opiniões, corroboradas pelo imediatismo da mídia, mostrou que a vontade das ruas estava distante daquilo que se observa na prática e retórica do modelo institucional formal. É neste ponto que pretendemos lançar luz para as dimensões discursivas e práticas do movimento sindical que foi pautado por este cenário turbulento e desafiador propiciado pelas revoltas urbanas.

Desta forma, iremos articular a perspectiva do movimento sindical que engloba a estrutura institucional da sociedade e consequentemente, responde suas demandas de forma institucionalizada, com as jornadas de junho, que provocaram fissuras na realidade social e levou os agentes a agir coletivamente, impulsionados pelos problemas inerentes a vida urbana, sobretudo.

Tomando como parâmetro teórico o conceito de repertório (TILLY; TARROW, 2007; STEINBERG, 1995; ALONSO, 2012) buscaremos identificar qual o impacto das revoltas de junho nas formas de ação do movimento sindical. Como ferramenta empírica, sinalizaremos algumas ações promovidas pelo movimento sindical em meados de junho até o final de agosto de 2013 sintetizadas em greve por categoria e greve geral, reuniões com líderes de Estado, aproximação com mídias alternativas e outras atividades que objetivaram reforçar o papel do movimento sindical neste contexto de mobilização.

Com base no estoque de ideias proliferadas pelos protestos, mobilizaremos o conceito de enquadramentos interpretativos que contribuirá para a percepção do movimento sindical produzida pelo conflito social sobre a "geração, difusão, e funcionalidade e mobilização e contra mobilização de ideias e significados" (BENFORD e SNOW, 2000). Outro ponto relevante é sobre as formas de ação sindical que emergiram a partir da onda de mobilizações e como exploraram este terreno movediço de disputas interpretativas sobre o fenômeno. Neste ponto, os conceitos de inovação, difusão, apropriação e ciclos de protesto (MCADAM;

TARROW; TILLY, 1995), contribuirão para leituras sobre a dinâmica de mobilização sindical. Diante deste debate, pretendemos multiplicar os sentidos produzidos pelos protestos recentes no Brasil, através da tentativa de delinear a participação do movimento sindical em contexto de mudança social que surpreendeu até as lideranças mais arrojadas.

2 Interpretações sobre o fenômeno nas ruas

A reação de surpresa acometeu a todos. As manifestações de junho transbordaram questionamentos de setores distintos da sociedade. A mídia e sua incansável batalha em estereotipar que eram os "vândalos" e quem eram os "pacíficos", especulações da esquerda e da direita buscavam acirrar a disputa de sentidos em interação nas ruas, acadêmicos, jornalistas e pesquisadores em geral, foram convocados a responder prontamente perguntas genéricas do tipo quem são estes, o que querem e como se organizam. Inicialmente movimentos sociais com extensa trajetória de luta, incluindo o movimento sindical, participaram à margem das mobilizações, que em meio a tantos atores desejando protagonizar aquele momento, dividiam os espaços das ruas de forma descentralizada. A busca pela explicação do fenômeno no decorrer e após os protestos, produziu uma coletânea de interpretações inspiradas pela questão urbana que alcançaram o *mainstream* da política nacional.

A vida nas cidades vem demonstrando efeitos similares constatados nas grandes metrópoles do mundo e sua dimensão perpassa todas as esferas das relações sociais, com reflexos para os quase 50% da população mundial que vive no perímetro urbano e convive com todas as desigualdades sociais indeléveis para a configuração espacial das cidades. A cidade tornou-se um emaranhado de espaços desiguais distribuídos em centros e periferias que tornam as barreiras da mobilidade urbana intransponíveis para a maioria da população (HARVEY, 2013). A frota de veículos é tamanha que concorre com as estatísticas populacionais[2], sem contar na configuração de violência urbana causada pelo uso excessivo do automóvel que dá o tom das relações sociais se assemelhando a um campo de guerra. Para Mike Davis (2013) a tragédia urbana instaurada pela ocupação massiva das vias por utilitários, é ilustrada na cidade da Califórnia, não muito diferente das cidades brasileiras,

[2] Segundo os dados da Organização Internacional de Fabricantes de Veículos Automotores (OICA sigla em inglês), para cada 1000 habitantes no mundo há 165 carros (Motorization rate 2011 – worldwide). Para saber mais, acesse: http://www.oica.net/category/vehicles-in-use/.

avaliada pelo autor como uma militarização da vida urbana que chega ao extremo da violência: "Essa tendência irresistível aponta para uma militarização das rodovias conduzida pelos utilitários, em sincronia com uma militarização e uma imobilização mais amplas do espaço urbano" (DAVIS, 2013).

Nesta configuração que podemos destacar os grandes atos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) que chamou centenas de milhares a transformar a paisagem urbana do Brasil, por meio de reivindicações contra as condições ruins do transporte coletivo e tantos outros reclames que preencheram a lista de pautas, a fim de justificar o motivo, "Não são só 20 centavos", para ocupar as ruas.

Para tornar mais claro o fenômeno analisado, a definição de Charles Tilly & Sidney Tarrow (2007) se torna fundamental. Segundo os autores, um movimento social se define como "manifestações públicas realizadas por muitas pessoas comprometidas coletivamente que desafiam os detentores de poder, em nome de uma população que vive sob a jurisdição desses detentores do poder" e que busca ampliação de direitos (TARROW; TILLY, 2007, p. 442).

Neste sentido, o MPL liderou passeatas pelas principais cidades do país no intuito de atingir um alvo estrategicamente posicionado: contra o aumento da passagem do transporte público. A pauta que trouxe uma série de problematizações concernentes a questão urbana foi legitimada pela aderência dos seus participantes. Tendo em vista o processo de urbanização desordenado com diferenciações agudas, nas palavras do MPL "O transporte é entendido então como uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas" quando o assunto é o acesso à cidade (MPL, 2013).

A ampliação de direitos, principalmente aos estratos mais baixos da população, ganhou visibilidade. Embora o perfil das manifestações fosse de grupos policêntricos (comprometimento efêmero) e transclassistas (com bandeiras variadas e, por conseguinte, participação variada) (ALONSO, 2013); a questão do transporte público passou a ser inexorável para a vida dos trabalhadores que enfrentam congestionamentos intermináveis, gastam boa parte do tempo com locomoção da casa para o trabalho e vice-versa e lidam com a má qualidade da prestação deste serviço público.

Diante deste quadro, a leitura de André Singer (2013) identificou dois pontos de vista sobre a composição social das manifestações, aparentemente indissociáveis. A classe média *tradicional*, inconformada com os rumos do país, e a fração mais pobres de trabalhadores, o

subproletariado, que diz "trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013)", simultaneamente estavam presentes nas ruas (SINGER, 2013)[3]. Com as variáveis de idade, escolaridade e renda verificadas em São Paulo (Datafolha), Rio de Janeiro (Plus Marketing), oito capitais (Ibope) e Belo Horizonte (Innovare), Singer constatou que o movimento foi representado por maioria jovem, entre 12 a 35 anos, de alta escolaridade (ensino superior) e renda inferior a cinco salários mínimos[4]. O argumento de que as massas nas ruas eram constituídas por uma classe social jovem, politizada e com alto rendimento proveniente de profissões liberais, contrastou-se com a concentração da renda familiar mensal dos manifestantes nas faixas mais baixas (de dois e cinco salários mínimos). Deste modo, o diagnóstico inconcluso de Singer confere a equação dos fatores no conjunto das manifestações das cidades pesquisadas: de um lado, pessoas jovens de classe média e de outro, jovens com renda inferior a *estrutura social brasileira* abaixo de cinco salários mínimos (SINGER, 2013).

Após tecer a composição social das manifestações, o segundo bloco verificado por Singer converge com o diagnóstico de Ruy Braga (2013). Em seu argumento, Braga defendeu o predomínio do precariado, tendência recente do mercado de trabalho brasileiro, nas passeatas de junho. A despeito da incapacidade dos governos petistas de garantir novos direitos sociais, a questão do trabalhador precarizado se configura como chave para entender as revoltas nas cidades motivadas por uma "frustração social" resultante do mercado de trabalho com ocupações de baixa remuneração, redução da perspectiva de ampliação das oportunidades e ascensão na pirâmide social, entre outros fatores pertinentes ao cenário político e econômico do país, responsável pela criação da modalidade de trabalhador na margem da pobreza. Em suas palavras, "Estamos diante de um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade" (BRAGA, 2013).

---

[3] Na visão de Singer (2012), o termo subproletariado designa a formação recente da estrutura de classe no Brasil que representa o conjunto mais pobre de trabalhadores. Esta fração pauperizada da população que trabalha, mas possui uma vida desprovida de bens materiais e, sobretudo, com limitações para se organizar politicamente e intervir na sociedade, se alinhou as políticas de caráter popular do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e fortaleceu suas disputas eleitorais sem incorporar uma ideologia necessariamente progressista, ou de esquerda (SINGER, 2012).

[4] Os dados analisados não possuem metodologias equivalentes para efeito comparativo, e seus resultados são genéricos e devem ser encarados com devido cuidado. De todo modo, é interessante como indicativo dos fatores mais incidentes captados pelas respectivas pesquisas.

Segundo os dados ressaltados – que não validam hipóteses sobre um caráter mais popular ou classista das mobilizações – ambos os autores destacaram o papel do trabalhador insatisfeito com suas condições de vida na cidade e que se fizeram ouvir em fração considerável da amostra verificada nas ruas. Para os sindicatos esta perspectiva se encaixa perfeitamente nos parâmetros de luta da classe trabalhadora, porque as reivindicações apresentavam aspectos relativos a seu *repertório político*.

O confronto político apresenta formas sedimentadas de ação coletiva ao longo da história. Em *Contentious Repertoires in Great Britain,* Tilly (1995) descreveu as formas predominantes de ação coletiva da Inglaterra entre 1758 e 1834, eventos como encontros públicos, passeatas e manifestações eram recorrentes e faziam parte da coleção de instrumentos de contestação para determinado grupo. Nas palavras de Tilly, o repertório "identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas, e encenadas através de um processo de escolha relativamente deliberado" (TILLY, 1995, p 26).

A característica marcante das manifestações de junho, com o uso da internet como principal veículo de informação e também de mobilização, nos deixou uma lacuna para refletir. Se por um lado, as manifestações foram para as ruas "espontaneamente", por outro, reforçaram um estado de insatisfação permanente de setores políticos mais ativos da sociedade.

A participação do movimento sindical se insere nestas circunstâncias onde o ideário das lutas sociais mais tradicionais na história recente do país, movidas por princípios políticos localizados mais à esquerda, foi levada pelo efeito contextual que incidiu no campo mais institucionalizado do poder. A relação mais aproximada com o Estado modificou aquele perfil de sindicalismo mais combativo proferido principalmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), muitas vezes focada em relações político-partidárias e novas alianças que compartilham diferentes visões de mundo em diversas instâncias de representação.

Entretanto, a conjuntura recente mostra que o número de mobilizações sindicais vem aumentando. Os dados divulgados pelo Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos DIEESE demonstraram uma tendência crescente do total anual de greves a partir de 2008. Em 2012 houveram 873 greves registradas no banco de dados após 11 anos de relativa baixa nas mobilizações (SAG-DIEESE, 2013).

A greve é uma prática comum da organização dos trabalhadores constatada no conjunto de padrões de ação coletiva que configuram o repertório sindical, é socialmente legitimada e compete a uma delimitação da forma de ação política do proletariado que se estabeleceu na rotina organizacional do movimento sindical (TILLY, 1995). Neste sentido, a estrutura de ação concernente a certo grupo de atores que interagem conflituosamente "tem o seu significado e eficácia a partir do compartilhamento de entendimentos, memórias, e acordos" (TILLY, 1995, P. 30). O *repertório político* do movimento sindical, ou seja, o conjunto de padrões comum a um determinado grupo de atores exprime formas naturalizadas de ação coletiva que são legitimadas pela interação de símbolos duráveis resultantes da experiência de vida dos atores envolvidos.

Nesta linha, Tilly incorporou o interacionismo simbólico fazendo uso do conceito de *performance* para explicar que "repertórios de ação coletiva não se referem a performances individuais, mas significam *interação* entre pares ou um grande conjunto de atores" (TILLY, 1995, p. 27).

3 As greves durante e após as manifestações de junho

O movimento sindical que acompanhou as demonstrações públicas, em particular, não tomou sua iniciativa, e quando foi dividir o espaço nas ruas junto a seus partidos aliados, foi profundamente hostilizado por uma fração substancial daqueles que defendiam uma manifestação antipartidária, os "sem partido".

Mas ações corriqueiras, relativas ao contexto de sua organização, merecem atenção. Como observou Singer (2013), a onda nacional de mobilizações foi dividida em três fases. A primeira fase marcou fatos de violência policial desmedida e crescimento em números dos mobilizados, de 6 a 13 de junho delimitadas na cidade de São Paulo. Em seguida, as manifestações de 17 a 20 de junho multiplicaram-se e difundiram-se por centenas de cidades do país, voltando toda atenção nacional para tais acontecimentos e enfim arrefeceram-se aos poucos em mobilizações mais localizadas e fragmentadas, do dia 21 até final de junho (SINGER, 2013).

Com este calendário em mente, realizamos um levantamento de greves no SAG-DIEESE para verificar o comportamento das greves em números, de 1º de junho até 31 de

agosto de 2013[5]. A escolha temporal abarca um breve período anterior a efervescência das mobilizações, passa pelo turbilhão das ruas, demarca a entrada efetiva das centrais naquele estilo tipicamente sindical (carros de som, bandeiras de sindicato e centrais, ativistas com camisetas de suas respectivas entidades) e por fim, passa pelo momento de desarticulação dos protestos mais expressivos, em agosto.

A greve é um indicador importante para demonstrar a conjuntura política e econômica do país, pois reage sensivelmente aos principais agentes que provocam mudanças neste cenário. Em períodos de negociação coletiva, a expectativa da greve aumenta quando o lado patronal é mais inflexível. É o que também observa Tarrow (1995) no comportamento grevista italiano em *moment of madness*, onde a incidência da greve é maior nos períodos de negociação coletiva.

Em nosso levantamento, os principais indicadores das 117 greves localizadas neste período mostraram que quase 60% das greves foram realizadas pelos trabalhadores da esfera pública estadual, federal e municipal, sendo que 22% das greves foram deflagradas no setor estadual de segurança pública (policiais civis estaduais; agentes penitenciários estaduais; policiais militares estaduais). Entre as greves observadas no setor privado (53), destacam-se aquelas da atividade de transportes, que em termos proporcionais representam 41,5% do total. Há neste dado um indício interessante que coincide com a conjuntura do momento de grande mobilização pela melhoria do transporte público. Embora a greve seja representativa de uma categoria de trabalhadores, em sua maioria, estas 22 greves dos transportes confirmam uma tendência sensível ao contexto social emergente[6].

---

[5] Vale lembrar que as inserções de greves captadas para 2013 não foram finalizadas, isto significa que os totais para o recorte de tempo analisado serão alterados até a finalização do balanço de greves de 2013. Fator que não invalida nossos esforços de compreender o comportamento das greves no período.

[6] Pela análise das esferas, observamos duas tendências de categorias de trabalhadores específicas que valeria um esforço analítico posterior. Não sabemos ao certo, se as greves dos trabalhadores da segurança pública e dos transportes coletivos foram encadeadas pelo "clima" de mobilização, mas certamente houve alguma influencia desta conjuntura que pode ter intensificado os conflitos trabalhistas, principalmente se considerarmos que segurança e transporte públicos, foram temas presentes nos debates em cena. A título de esclarecimento, verificamos a concentração de datas-base - momento em que sindicato de trabalhadores e sindicato de empregadores negociam e estabelecem as condições de trabalho, bem como reajustes de benefícios e salários – de ambas as categorias. Em relação aos trabalhadores dos transportes na esfera privada, as datas-base estão concentradas entre março e maio, o que justificaria o número de greves mais expressivo entre junho/julho/agosto, que costumam pressionar o patronato para acelerar a negociação e conquistar melhores resultados. Situação que muda de figura para os trabalhadores do setor de segurança pública estadual, visto que nesta esfera não há regulamentação de negociação coletiva, o que dificulta localizarmos as datas-base no SAG-DIEESE.

Os resultados demonstram nível elevado de greves em junho, no mês seguinte as greves do setor público que normalmente são mais numerosas foram ultrapassadas pelas greves da esfera privada, em decorrência de 17% de greves realizadas pelos médicos, enfermeiros e fundação de assistência social junto àquelas efetivadas pelos trabalhadores de transporte coletivo urbano. É importante ressaltar que duas greves foram identificadas em nosso banco com abrangência nacional, a categoria dos médicos e dos aeroportuários. Isso significa que a categoria mobilizou grande número de estados brasileiros a participarem do mesmo movimento, foram os médicos e também os aeroportuários. Ambas as greves estão relacionadas ao contexto ampliado da política brasileira.

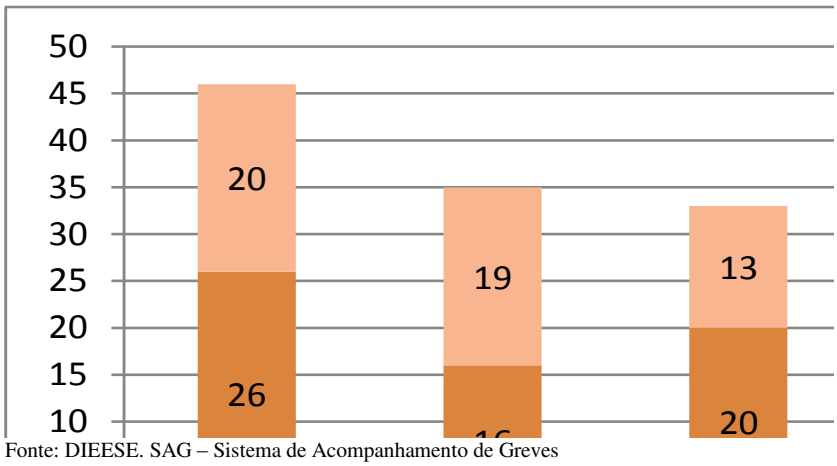
Em relação aos médicos, houve grande mobilização no início de julho contra o programa federal Mais Médicos que prevê parcerias para contratação de médicos estrangeiros para preencher postos de trabalho em regiões periféricas onde há baixa presença desses profissionais. A Federação Nacional dos Médicos (FENAM) que representa 53 sindicatos da categoria mobilizou médicos de aproximadamente 25 estados a se posicionarem principalmente contra a vinda dos médicos estrangeiros e contra a legislação do Ato Médico, que altera as atribuições do exercício da medicina. Este episódio também se refletiu nas ruas por meio de cartazes indignados com a qualidade do serviço prestado pelo Sistema Único de Saúde SUS (site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, 2013). Já os aeroportuários da Infraero paralisaram suas atividades no final de julho em função das negociações da data-base (reajuste salarial, PLR e outros auxílios e benefícios, plano de carreira e salários). A conciliação entre os patrões e empregados se deu por meio de audiência no Tribunal Superior do Trabalho (TST) onde o vice-presidente ficou aliviado pelas mobilizações não ocorrerem nos dias de maior movimento nos aeroportos por causa da Copa das Confederações e a visita do papa Francisco.

Grandes eventos ampliam a margem de mobilização dos trabalhadores, pois criam um cenário de pressão que tende a favorecer as negociações para encaminhar o mais rápido possível a conciliação entre as partes, diante da cobertura da mídia e da cobrança do governo para entregar as obras de infraestrutura e garantir a prestação de serviços, a greve foi encerrada em 19 de agosto com a conciliação no Superior Tribunal Federal (STF). Este cenário tende a se acirrar com a realização dos megaeventos como a copa do mundo em 2014 e as olimpíadas em 2016 que exigem investimentos públicos exorbitantes e gera a

transformação do espaço urbano em detrimento da moradia e mobilidade, o que consequentemente atrairá mais protestos (VAINER, 2013).

Em agosto houve diminuição considerável de greves na esfera privada em que novamente o setor público ultrapassou o número de greves. As categorias dos médicos, enfermeiros, segurança pública e transportes se mantiveram mobilizadas.

Gráfico 1
Distribuição de greves por esfera - Brasil, 2013



Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves

As formas de contestação das greves são variadas, no entanto dificilmente variam no tempo. Daí a escolha da perspectiva de análise sobre a dinâmica do movimento sindical, sua *performance* política como estratégia de ação em momentos de conflito de classe que se estende ao universo público em um conjunto de atos, discursos, representações e modo de enxergar o mundo, ações empregadas pelos atores em coletividade que estão cristalizadas na rotinização de tarefas sindicais.

Na relação entre os agentes da ação e o repertório, a noção de performances confrontacionais [contentious performances] junto ao conceito de repertório compõe um conjunto de práticas e sentidos em que "performances se aglutinam em repertórios de rotinas reivindicatórias que empregam os mesmos pares de objeto de reivindicação: patrões e empregados, camponeses e proprietários de terra, facções nacionalistas rivais, e tantos outros (TILLY, 2006, p. 35 *Apud* ALONSO, 2012, p. 30).

Foram localizadas 57 ações de grevistas, ou performances, que noticiaram os recursos das manifestações (49% do total). A forma mais disseminada de manifestação identificada foi a concentração de trabalhadores em assembleias e atos públicos (53 greves), seguida de

passeatas (22 greves). Estas distintas formas de ação cristalizadas pelo movimento sindical fazem parte de seu repertório político de maior visibilidade.

Tabela 1
Tipo de ação dos grevistas
Brasil, 2013

Ação	Greves (57)	
	Nº	%
Concentração	53	93,0
Passeata	22	38,6
Piquete	11	19,3
Acampamento	3	5,3
Ocupação	3	5,3

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greve
Obs.: (a) Foram consideradas apenas as greves das quais foram obtidas informações sobre a ação dos grevistas.
(b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisadas, dado que uma mesma paralisação pode conter diferentes tipos de ação

4 As mobilizações de junho pela perspectiva da imprensa sindical

Mudanças e permanências no repertório da ação coletiva podem ser compreendidas pelos padrões do discurso e prática. Esta ideia é defendida através do caso dos tecelões britânicos estudado por Steinberg (1995) que reitera o uso do conceito de repertório, considerando a dimensão do discurso. Contrário a Tilly que defende a análise das performances e não do discurso, Steinberg ilustra como os trabalhadores organizados buscaram ser recompensados socialmente pela contribuição de sua mão-de-obra para a o desenvolvimento nacional em que discurso e ação estariam imbricados na análise da ação coletiva. Com objetivo de compreender o discurso no processo de disputa instaurado na indústria de seda entre lideranças sindicais e a classe industrial no século XIX, o autor focou a análise nas *Spitalfields Acts* – conjunto de medidas que visavam garantir condições mínimas da esfera econômica e social para os trabalhadores – para estabelecer padrões de reivindicações por meio dos discursos que operam como parte do conhecimento compartilhado no repertório coletivo dos trabalhadores (STEINBERG, 1995, p. 57-87).

Neste sentido, a teoria dos repertórios discursivos de Steinberg fez uso do conceito de enquadramentos interpretativos [*frames*] "como composto de um *repertório do discurso* que é criado e articulado através do confronto" (STEINBERG, 1995, p. 59).

Presente em várias áreas do conhecimento, o conceito de *frame* "ajuda a tornar significativos eventos ou ocorrências, sua função é de organizar a experiência e orientar a

ação" (SNOW e BENFORD, 2000, p. 613). Esta discussão foi amplamente difundida por Snow e Benford (1988) nas delimitações teóricas que tem como base as interações da ação coletiva com a sociedade. A construção dos enquadramentos interpretativos está relacionada ao diagnóstico e prognóstico das tarefas de enquadramento – *framing tasks.* Para os autores a efetividade da mobilização depende do grau de atendimento dessas tarefas que foram submetidas a três conjuntos de enquadramentos: *diagnostic framing* que identifica um problema e aponto uma causa ou culpado; *prognostic framing* que sugere soluções, mas também identifica estratégias táticas, e alvos; *motivational framing* que busca incitar a ação e ampliar a participação desenvolvendo *frame*s que motivam a mobilização (SNOW e BENFORD, 1988, p. 197-217).

Conforme os *frame*s produzidos pelas mobilizações de junho, destacamos alguns dos slogans – "Por uma vida sem catracas", "Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação", "queremos hospitais padrão FIFA", "o gigante acordou", "ia ixcrever augu legal, maix fauto edukssao", "não e mole, não. Tem dinheiro pro estádio e cadê a educação", "era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio", "todos contra a corrupção", "fora Dilma! Fora Cabral!", "PT = Pilantragem e traição", "fora Alckmin", "Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar" (SINGER, 2013) – sugerimos que a participação do movimento sindical se estabeleceu através destas três dimensões.

Esses *frame*s em certa medida representaram as decepções e expectativas dos participantes sobre a realidade brasileira. Sua ressonância evidencia a efetividade da mobilização. Partidos políticos, movimentos sociais e entidades sindicais incorporaram tais demandas e as incluiu em sua campanha em que a orientação estratégica era atender o anseio popular e apresentar o verdadeiro autor das mudanças, o grande protagonista da transformação social.

O emprego metodológico da teoria do *frame* foi testado através da escolha dos principais jornais que circulam no meio sindical no período de 17 de junho a 30 de agosto de 2013. O Jornal do Metalúrgico de São José dos Campos, Mundo Sindical e Rede Brasil Atual tiveram pouca incidência em nossa busca feita previamente, sendo o Repórter Sindical, o jornal online com maior número de registro em nosso banco (44 de 59 registros localizados). Deste modo, identificamos três momentos que remontam os meses de junho, julho e agosto de 2013. De 17 a 28 de junho; de 1 a 15 de julho e; de 5 a 30 de agosto.

Antes dos grandes atos sindicais organizados em 11 e 27 de julho, 6 e 30 de agosto, o movimento sindical lançou ideias criativas a partir de experiências e sentidos compartilhados com toda a sociedade. Inicialmente, permeava neste terreno uma disputa interpretativa pautada pela grande mídia onde a imagem dos "pacíficos" e dos "vândalos" era delineada. A intensificação da repressão da polícia com contingente da tropa de choque, PM, guarda municipal, munidos para uma guerra e agindo ferozmente contra os manifestantes em passeata, criou um cenário favorável para o movimento prosseguir (MPL; Dossier online, 2013).

Na abordagem de Dowbor e Szwaco (2013), conceitos de *performance* e interacionismo simbólico deram o tom dramatizado nas manifestações onde o improviso fez parte do espetáculo. O MPL e os Comitês Populares da Copa – CPC agregaram grande parte da insatisfação observada nas ruas e suas táticas de confronto ganharam visibilidade. O tom violento ocasionado pela ação policial desmedida forjou uma situação a favor dos manifestantes, construindo personagens de uma cena teatral onde atuaram os vitimizados, os heróis, os bandidos, ou na dualidade mais conhecida os "vândalos e os pacíficos". Na constituição dos fatos, pesou a hipótese da violência cuja "mola que dispara o ciclo de protestos de 2013 está na vitimização performatizada pelos militantes do MPL nos fortes confrontos da noite de 13 de junho" (DOWBOR e SZWACO, 2013).

Indignado com a repressão policial contra os manifestantes "pacíficos", o movimento sindical se concentrou em criticas contra a polícia militar e o transporte público, afirmou que "há tempos a PM paulista "age com extrema violência"". Favorável ao governo Dilma, insinuaram um "ambiente confuso" e deram dicas ao poder público em como encarar este novo momento, com certo tom de surpresa: "Primeiro, o poder público não pode estar desatento. Segundo, tem de entender que os fatos ocorrem na dinâmica da vida real e que eles, tantas vezes, derrubam nossos conceitos e desorganizam nosso programa. Por fim, tem o dever de dialogar" (Repórter Sindical, 2013: nº 1.556; nº 1.557).

O movimento sindical incorporou as manifestações reconhecendo que "os trabalhadores e trabalhadoras do Estado de São Paulo e de outras regiões do País não aguentam mais enfrentar longas e intermináveis filas de espera por ônibus, trens e metrôs sempre lotados e de péssima qualidade para ir e voltar do trabalho". A incorporação da reivindicação produzida pelos *primeiros insurgentes* foi difundida pelo movimento sindical que se identificou com os tópicos de luta trazidos pelo MPL, se solidarizando ao movimento

"Passe Livre". Nas palavras do dirigente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres: "os trabalhadores também reivindicam transporte de qualidade, redução da tarifa e melhoria da mobilidade na cidade". Mas sobre o comportamento dos ativistas, as entidades sindicais se posicionaram contrárias aos atos violentos fortemente difundidos pela grande mídia. O uso de coquetel molotov, de máscaras e lenços cobrindo rostos, a destruição de bandeiras cívicas, fogo no parlamento e agressão aos guardas municipais foram os atos mais repudiados (Repórter Sindical, 2013).

Durante a fase mais entusiástica das mobilizações, as lideranças sindicais atuaram como "defensores de interesses adjacentes", ou seja, apoiou demandas que não estavam diretamente ligadas a sua agenda de luta incluída em seu repertório estabelecido. Mas durante a fase de retração das mobilizações o movimento sindical passou a integrar as manifestações tirando proveito das oportunidades que surgiram, por exemplo, chamar a atenção da presidente Dilma com a greve nacional para pressioná-la a atender a pauta trabalhista das centrais sindicais. Pela teoria do ciclo de mobilizações é possível identificar seu tempo conjuntural e estrutural. Isto significa que no pico dos protestos, há possibilidade dos atores desenvolverem novas práticas que podem ser reiteradas em seu repertório comum, pois o ciclo é um momento de criatividade e difusão de sentidos (SNOW E BENFORD, 1992, p. 141-142).

Assim, mesmo que o movimento sindical tenha se lançado na calda dos protestos, ele pôde reinventar aspectos de seu cotidiano (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 23-27). Neste ponto, nos interessa destacar os principais episódios, de acordo com a ordem cronológica dos acontecimentos.

No mês de junho, o movimento sindical optou por atuar nas bordas das mobilizações. Articulou as reivindicações nas ruas com outras lideranças por meio de uma carta assinada por 35 entidades do movimento sindical e social. O texto se referia a setores da sociedade considerados conservadores como a grande mídia e figuras da oposição e dizia: "os meios de comunicação buscam caracterizar o movimento como uma campanha "contra a corrupção dos políticos, contra a gastança pública e outras pautas que imponham o retorno do neoliberalismo" (Repórter Sindical, 2013, p. 1.560). O editorial do Repórter Sindical foi renovado, inspirado pelas iniciativas do MPL, elogiou as reivindicações e condenou o sistema corrupto da administração dos transportes, dizendo ao movimento para pressionar os poderes: "Abrir as planilhas do transporte coletivo deve ser a próxima bandeira do MPL!" (Repórter

Sindical, 2013, p. 1.562). Outro destaque interessante foi sobre as redes sociais e outras mídias. Entidades sindicais se articularam com jornalistas da imprensa alternativa, blogueiros e ativistas, para garantir a repercussão nacional dos atos sindicais (Repórter Sindical, 2013: 1.560).

4.1 Diagnóstico do enquadramento (*diagnostic framing)*

Podemos considerar o *diagnostic framing* neste primeiro momento. A partir das primeiras análises verificamos a mobilização em torno dos "culpados" para explicar o processo desencadeado nas ruas. O apoio ao MPL adensou as pautas cotidianas do movimento sindical que também problematizou questões do transporte público e a condição de vida nas cidades, sinalizando o causador desta situação (SNOW e BENFORD, 2000, p. 615).

Em julho novos elementos contribuem para acirrar as disputas criadas em torno das mobilizações. Entre as centrais sindicais foi perceptível a busca pela liderança em reuniões para definir planos de ação, estabelecer patamares de engajamento e delimitar pautas que norteariam as atividades coletivas. O que pode ser observado nas manchetes: "Nova Central aprova plano de ação e mobiliza bases para atos do dia 11"; "Sindicalistas da Força decidem parar diversos setores dia 11 de julho"; "Metroviários decidem parar no Dia Nacional de Luta" (Repórter Sindical, 2013, p. 1.566; 1.570). O apoio do sindicato dos metalúrgicos norte-americanos (USW) para a realização do dia nacional de lutas em 11 de julho evidenciou um sindicalismo ativista para além das fronteiras nacionais. A aproximação entre entidades com divergências ideológicas foi interessante. Embora o movimento sindical se mobilize conjuntamente, suas ações na maioria das vezes se voltam para questões legislativas. No entanto, a Central Sindical e Popular CSP-Conlutas e Central Sindical de Profissionais (CSP) se uniram à União Geral dos Trabalhadores (UGT), UNE e MST para "reforçar a pauta trabalhista e incorporar reivindicações do conjunto da população, como melhoria no transporte urbano, mais investimentos em saúde pública e reajuste para os aposentados". A fala de Ricardo Patah, presidente da UGT marcou um momento de crítica para as estruturas de poder: "O que a população quer é um Estado mais efetivo, gastos públicos sob controle, transparência, combate à corrupção e mais diálogo. É o que sindicalismo sempre defendeu" (Repórter Sindical, 2013, p. 1.562).

As críticas das lideranças sindicais e outros movimentos sociais sobre a falta de liderança do MPL e a grande quantidade de reivindicações que não apontavam para nenhum

alvo foram relativizadas pela pauta dos trabalhadores. A gama de lideranças, entre elas Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, UGT, Nova Central, Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e CSP-Conlutas apresentaram pautas mais versáteis, entre as prioridades o repúdio "ao Projeto de Lei nº 4.330, da "terceirização", que retira direitos e precariza as relações de trabalho dos trabalhadores; Fim do fator previdenciário; Redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salários; 10% do orçamento da União para a saúde pública; 10% do PIB para a educação pública; Reforma Agrária e Suspensão dos leilões de petróleo (Repórter Sindical, 2013: 1.565).

O quadro de mobilizações efetiva foi construído. "As ruas foram tomadas! É hora dos Trabalhadores lutarem por suas reivindicações! era o que dizia o jornal do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos (Sindmetal SJC) reforçando que "A juventude deu o exemplo e, agora, é necessário que a classe trabalhadora entre, de forma organizada, nas mobilizações que varrem o país". Após o pico da onda de protestos, o Sindmetal SJC passou incentivar trabalhadores a reivindicares seus direitos trabalhistas a partir do sentimento contestador despertado nas manifestações de junho "os trabalhadores da MWL (General Motors) já demonstraram sua insatisfação e bloquearam o tráfego na Via Dutra em Caçapava" (Sindmetal SJC, 2013: 1.037).

Em dado momento, indicativo de formas de ação radicalizadas também preencheram a agenda sindical. "Ocupar e acampar no Banco Central!" era a orientação em sinal de repúdio ao novo aumento dos juros com a justificativa que esta ação só beneficiaria o capital financeiro. "Agência Sindical tem uma proposta efetiva aos indignados: aproveitem que estão na Paulista, ocupem e acampem no Banco Central. Por que não?" (Repórter Sindical, 2013, p. 1.573).

No dia 11 de julho houve o "Dia Nacional de Luta com Greves e Mobilizações". Trabalhadores em Goiás tinham como principal motivo protestar contra a terceirização. Já em Santos (SP) os estivadores manifestaram em frente ao cais do Porto de Santos (Repórter Sindical, 2013, p. 1.574). Diversos relatos foram verificados sobre trabalhadores que saíram as ruas e enfrentaram seus alvos. Embora as mobilizações de junho já tivessem ficado para trás, era a vez das categorias profissionais irem para as ruas motivadas pelo entusiasmo ainda pulsante das mobilizações de junho. Todos os protestos foram relatados e divulgados pela rede de mídia sindical criada dias antes com o objetivo de aproximar o movimento sindical

nacionalmente. A circulação do repertório das manifestações de junho foi observada. Os sindicalistas utilizavam elementos que reforçavam sua nacionalidade, a bandeira e o hino nacional, os "caras pintadas" estabeleceram um forte vinculo com a identidade dos primeiros protestos.

Para alguns jornalistas, o sindicalismo colocou as manifestações "oficiais" nas ruas. A ideia de que as mobilizações tinham aspectos inovadores, principalmente por sua "espontaneidade" e que o sindicalismo não poderia ser autor de novas proposições questionou a capacidade do movimento de trabalhadores de inovar seu repertório de ação coletiva. O jornal Mídia News publicou uma matéria comparando em tom poético: "A rapaziada é o desejo de futuro. A pelegada é o destino-pastelão. A rapaziada é novidade. A pelegada é o mesmo. A rapaziada é decifra-me. A pelegada é devoro-te. A rapaziada é namoro. A pelegada é tédio conjugal. A rapaziada é dúvida. A pelegada é óbvio ululante [...]" (Mídia News, 14/07/2013).

Estas e outras comparações produziram reflexões importantes, principalmente sobre a atuação do sindicalismo no Brasil. Centrados em negociações nas instancias mais burocratizadas, um representante disse em entrevista ao jornal O Povo "as centrais sindicais pecaram por priorizar a negociação no ambiente político em detrimento das manifestações de rua" (O Povo online, 21/07/2013).

Em meio à conjuntura, o movimento sindical atraiu o foco nacional, mas configurou um momento de críticas em que pesou a ausência de combatividade para defender a classe trabalhadora. Temas como a estrutura sindical, dependência governamental e o comodismo das lideranças ganharam relevo, o que motivou os sindicalismos a dilatarem a agenda de mobilizações com uma greve geral em 30 de agosto "contra a precarização da terceirização". Outras mobilizações ocorreram neste espaço de tempo, de forma mais esparsa que ensejou a necessidade de aprofundar a participação efetiva do movimento sindical nas ruas.

A conexão com o espírito das mobilizações de junho levou o movimento sindical a produzir sua própria jornada. Esta configuração se valeu das mudanças que operaram significativamente para o *status* do sindicalismo brasileiro. No mês de agosto, a centrais sindicais programaram diferentes atividades para "Fortalecer a pauta trabalhista aprovada na Conclat 2010 e obter canais efetivos de diálogo com o governo federal, para tratar da pauta trabalhista e de outros temas de interesse dos trabalhadores". No dia 6 a mobilização foi em torno do projeto de lei sobre a ampliação da terceirização. A CUT junto a outros ativistas e

dirigentes sindicais foi até o Congresso Nacional em vigília. Houve mobilização de aposentados em frente das unidades do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para melhorias nos benefícios.

4.2 Prognóstico do enquadramento (*prognostic framing*)

O mês de julho estabeleceu uma conexão com a segunda tarefa denominada *prognostic framing*. Após a identificação dos alvos, o movimento sindical passou a endereçar suas reivindicações a locais específicos, sem recorrer a atitudes violentas ou extremas. Em relação a vida urbana, assinou junto a outros movimentos sociais uma carta para a presidenta pedindo "a redução das passagens do transporte público com redução dos lucros das grandes empresas" e ressaltou seu compromisso "em promover todo tipo de debates em torno desses temas [...]. Propomos a realização, com urgência, de uma reunião nacional, que envolva os governos estaduais, os prefeitos das Capitais e os representantes dos movimentos sociais" (Agência Sindical, 2013). Ações que mostram para as autoridades o que deve ser feito (SNOW e BENFORD, 2000).

As atividades reivindicatórias continuaram ao longo do mês de agosto com ênfase na aprovação da pauta trabalhista pelo governo federal. Ocupar as ruas tornou-se recurso imprescindível para contestar a demora ao atendimento de demandas caras ao sindicalismo – vide a revogação do aumento das tarifas em mais de cem cidades pelo MPL que alcançou resultados positivos do ponto de vista do alvo empreendido. Neste sentido, a pressão dos protestos sindicais adiou a votação da PL da terceirização que até este momento não foi aprovada.

Das formas de contestação, foram observadas "paralisações de empresas, atos públicos, passeatas e bloqueio de algumas estradas" a nível nacional, ações que constituem o repertório tradicional do sindicalismo, que ao mesclar a campanha trabalhista com reivindicações das manifestações modificaram aspectos de seu repertório, no fazer e no falar, nos momentos em que sua interação com o Estado ficou balançada. Na mobilização sindical de 30 de agosto, a avaliação foi de que "os protestos, em todo o País, mostram que os trabalhadores não estão satisfeitos com a estagnação da economia, enquanto o governo arrocha os investimentos públicos para pagar juros" (Repórter Sindical, 2013, p. 1.609).

No mesmo dia, a agência de noticias sindical informou que a UGT decidiu ficar de fora dos protestos por motivos que não foram divulgados, na 2ª Plenária Nacional de

Entidades Filiadas. Logo em seguida, a CUT e Força Sindical reforçou sua "hegemonia sindical" a despeito da publicação dos dados de aferição das entidades sindicais filiadas por centrais em que predomina a CUT com 2.246 e Força com 1.676 sindicatos filiados, o que representa mais de 50% do total de sindicatos atuantes no Brasil (Repórter Sindical, 2013, p. 1.609).

4.3 Motivação do enquadramento (*motivational framing*)

Indícios da apropriação de significados comuns pelo movimento sindical atenderam alguns dos requisitos previstos no *motivational framing*. De forma parcial, o movimento sindical junto a outros grupos mobilizados construiu um vocabulário comum contra as "injustiças" enquadradas pelas manifestações iniciais e pelas mobilizações que ele próprio organizou. No entanto, não conseguimos identificar as palavras mais proferidas pelo movimento sindical, talvez pelo fato do surgimento de ambivalências que impediram uma união estável do movimento como de início, funcionando mais como uma contradição do que complementação do movimento (SNOW e BENFORD, 2000, p. 617).

5 O movimento sindical no ciclo de mobilizações

O cenário de ebulição social desafiou o estado de "normalidade" do cotidiano urbano e incluiu um calendário de mobilizações massivas que nos possibilitou discutir a ação coletiva no tempo presente em contexto nacional. Cada uma das diferentes abordagens utilizadas neste trabalho foi na tentativa de mapear a atuação do movimento sindical, visto que sua participação massiva nas ruas se deu após a concentração mais expressiva dos protestos em junho. Retomando nossos pressupostos iniciais, verificamos primeiramente que as representações do cotidiano sindical sobressaíram-se ao vislumbrar oportunidades que pudessem garantir resultados efetivos, mesmo sob uma visão categórica e restrita aos problemas de ordem legislativa. Campo pelo qual se manifesta o ativismo sindical.

Ao entrar em cena, o movimento sindical não contou com o número de manifestantes mobilizados em junho, nem mesmo do MPL que foi elogiado pela imprensa sindical pesquisada. Encontrou nas ruas um cenário muito semelhante com as celebrações do 1º de maio, dia do trabalho (discursos entusiasmados, valorização do sindicalismo e sua história de luta, críticas ao governo, bandeiras e camisetas das respectivas centrais sindicais, megafones, músicas populares).

Neste sentido, contextos de mudanças são ocasionados pela ação dos agentes que figuram momentos de alteração de cenários excepcionais. Mas a presença do agente coletivo é o que valida essas mudanças. Se o repertório de ação coletiva é atribuído aos atores que o reproduzem e mudam lentamente conforme a transferência de ações ao longo dos tempos, sobra pouco espaço para inovações mais rápidas. Isto porque o movimento sindical agiu após a fase de intensificação do conflito social. Para Tarrow (1995) um ciclo de protestos é definido "como o aumento e a redução da onda interrelacionado com ações e reações coletivas" e consegue medir a "frequência, intensidade, e formas de relevo e declínio em uma aproximação cronológica" (TARROW, 1995, p. 95).

Na adaptação do seu *repertório* de ação coletiva, o movimento sindical incluiu ações contra objetos: Banco Central e Congresso Nacional foram os alvos mais citados. O uso do verde e amarelo também esteve mais presente como elemento constitutivo da *performance* dos atores Entretanto, a reflexão pairou sobre o peso das críticas da grande mídia sobre modelo sindical brasileiro. Membro recente da estrutura de poder, as entidades sindicais rebateram as mesmas críticas a seu modo apostando no *frame* contra a terceirização. Em relação a classe trabalhadora, o Sindmetal SJC, com características de um sindicalismo mais atuante e combativo, fez uma das maiores paralisações de sua história com participação de 22 mil trabalhadores (Jornal do Metalúrgico SJC, 2013, p. 1.039).

Tudo indica que o espírito das manifestações motivou trabalhadores a lutar não apenas por melhores reajustes e segurança no trabalho, mas por mudanças ampliadas, na política econômica do governo, que segundo sua visão de mundo classista, tende a facilitar a classe empresarial.

Possíveis mudanças no repertório de mobilização do movimento sindical foram efêmeras, seja pela retração das mobilizações e o retorno a normalidade social, seja pelo número limitado de ferramentas de ação coletiva praticada durante muito tempo e que não surpreende o modo de agir e principalmente os sentidos sedimentados pelos agentes. O uso repetido da ação possibilita algumas variações, no caso do movimento sindical predominou a *performance* sindical interpretada como parte do conjunto de contestações observadas nas ruas.

De todo modo, o movimento sindical singularizou as manifestações de junho na medida em que forneceu significações para o fenômeno. A seu modo, sindicalistas e trabalhadores mostraram que não estavam alheios aos acontecimentos e que a luta por

condições mais justas de vida era a essência do movimento sindical. A profusão de críticas que sofreu serviu como o despertar do relógio para o tempo presente, que exigiu algumas respostas fora de seu enredo rotineiro.

Em suas realidades particulares, o movimento sindical se abriu para a sociedade suscitando problemas relativos a classe trabalhadora que diz respeito a toda a sociedade. Neste sentido, embora não tenhamos subsídios para mensurar o grau de apreensão desses acontecimentos pelo movimento sindical considerando que nos dias atuais pouco ou quase nada é mencionado sobre este período, verificamos que em certos aspectos a percepção do movimento sindical foi alterada pela reapropriação de reivindicações em outra conjuntura do ciclo de mobilização.

Buscamos assim, reconsiderar alguns fatos ocorridos em um período tão importante para nossa história contemporânea, acreditando que entre altos e baixos, as jornadas de junho fortaleceram a participação do movimento sindical no cenário atual.

6 Referências

ALONSO, A. Teorias dos movimentos sociais: balanço do debate. **Lua Nova**, no. 75, 2009.

_____. "Novo, mas nem tanto". Artigos CEBRAP na mídia em 30/06/2013.

BENFORD, Robert D. & DAVID A. Snow. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology** no. 26, 2000.

_____."Ideology, frame resonance and participant mobilization" In **International Social Movement Research**, vol. 1, 1988.

DOWBOR, Monika; SZWACO José. Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos**, nº 97, 2013.

MARICATO, Hermínia [et al.]. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SINGER, André. Brasil junho de 2013 Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, no 97, 2013.

STEINBERG, Marc. The roar of the crowd: repertoires of discourse and collective action among the Spitafields Silk Weavers in nineteenth-century London. In Traugott, Mark (ed.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles "Contentious Politics and Social Movements" in Carles Boix and Susan C. Stokes (edtrs*) The* **Oxford Handbook of Comparative Politics**, Oxford UP, p 435-460, 2007.

TARROW, Sidney. "Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention". In TRAUGOTT, Mark (ed.). **Repertoires and Cycles of Collective Action**. Duke University Press: Durham, 1995.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles & McAdam, Doug. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, no. 76, p. 11-48. 2009.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In Repertoires and cycles of collective action. Durham: Duke University Press, 1995, p. 15-42.

_____. How to detect and describe performances and repertoires. In: **Contentious performances.** Cambridge Univ. Press, p 31-61, 2008.